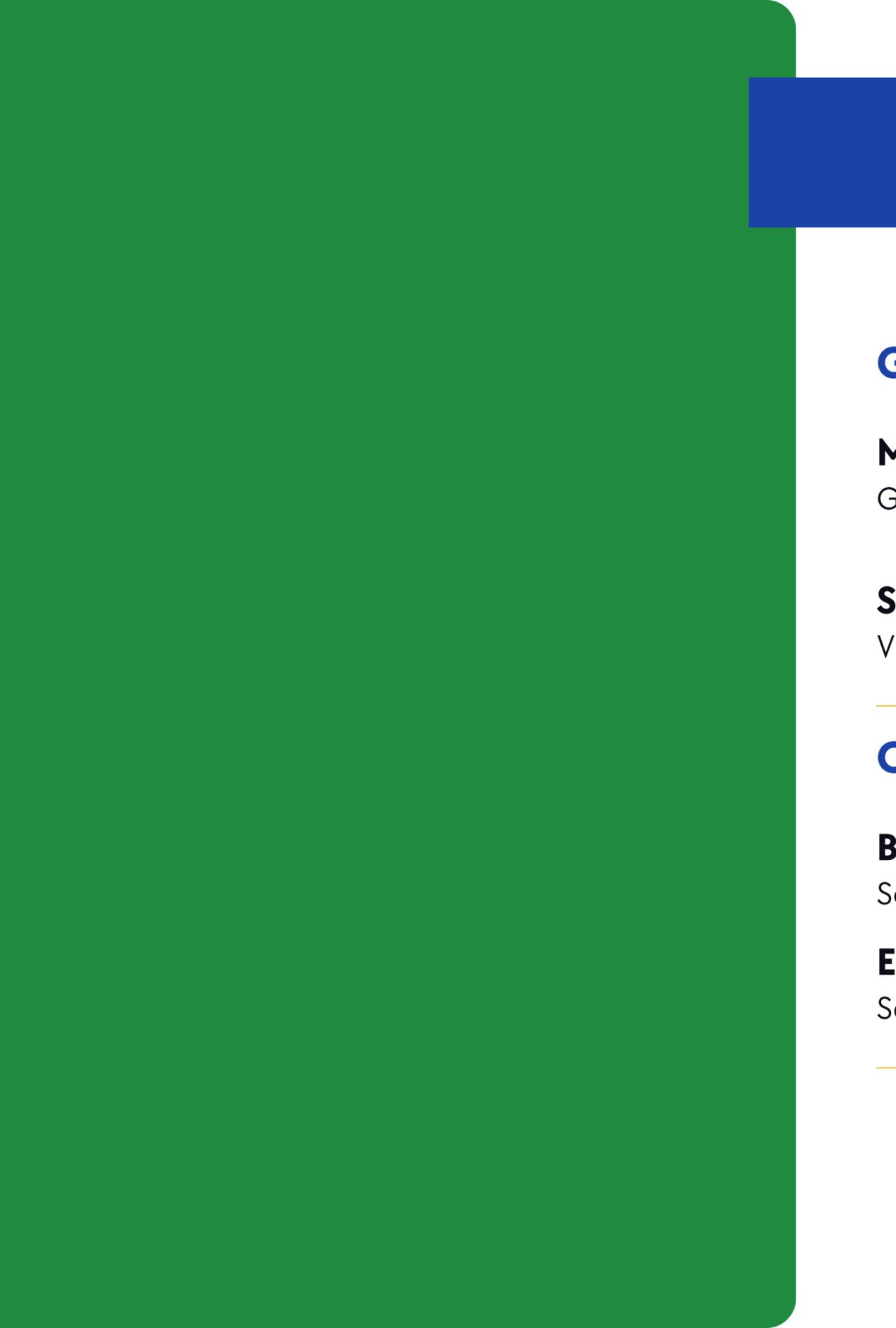


PLANO ESTRATÉGICO

Prevenção e Adaptação aos Efeitos
Adversos da Mudança do Clima e
aos Eventos Climáticos Extremos





Governo do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos

Governador

Sérgio Gonçalves da Silva

Vice-Governador

Coordenação

Beatriz Basílio Mendes

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Elias Rezende de Oliveira

Secretário-Chefe da Casa Civil



Elaboração

Diretoria de Gestão Estratégica e Políticas Públicas (DGPP/SEPOG)

Coordenadoria de Soluções para Melhorias e Alcance de Resultados (SOMAR/Casa Civil)

Corpo Técnico

LETÍCIA CRISTINA MACHADO BATISTA

Diretora de Gestão Estratégica e Políticas Públicas - DGEPP/SEPOG

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA

Gerente de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

RAFAEL ESTEVÃO MARÃO GUIMARÃES

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

DEISON ZANOTTO STUANI

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

COLABORAÇÃO

SECRETARIA DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEAS)

Luana Rocha

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAU)

Jefferson Ribeiro da Rocha

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA (CBMRO)

Nivaldo de Azevedo Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)

Beatriz Basílio Mendes

CASA CIVIL

Elias Rezende de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA (SEJUS)

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA (SEAGRI)

Luiz Paulo da Silva Batista

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA (SESDEC)

Felipe Bernardo Vital

GABINETE DO GOVERNADOR

Raulino Ferreira da Silva

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES (DER)

Eder André Fernandes Dias

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA (AGEVISA)

Gilvander Gregório de Lima

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INDÍGENA (SI)

Gasodá Suruí

ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Luciano Brandão

SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (SEFIN)

Luís Fernando Pereira da Silva

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA (CAERD)

Cleverson Brancalhão da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL (SEDAM)

Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS (SEOSP)

Elias Rezende de Oliveira

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)

Thiago Alencar Alves Pereira

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA (IDARON)

Julio Cesar Rocha Peres

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDEC)

Sérgio Gonçalves da Silva

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES (SUPEL)

Israel Evangelista da Silva

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DE RONDÔNIA (SECOM)

Rosângela Aparecida da Silva

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (PM-RO)

Regis Wellington Braguin Silvério

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (SETIC)

Coronel Delner Freire

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (SOPH)

Fernando Cesar Ramos Parente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA (SEDUC)

Ana Lúcia S. S. Pacini

PARTICIPANTES DAS OFICINAS

Ana Gonzalez - Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO)

Ana Luiza Sikorski - Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia (Sefin)

Anderson M. Oliveira - Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)

Andréia Mara Costa Fortini - Secretaria de Comunicação do Governo de Rondônia (Secom)

Carolina Rodrigues Cordenuzzi - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog)

Charles André Ribeiro Xavier - Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)

Cledmar Carneiro - Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)

Clarissa Gilmara Barros - Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia (Sefin)

Deison Zanotto Stuani - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog)

Edmar Valerio Gripp da Silveira - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER)

Ester Dourado Silva - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam)

Fabiana B. Neves dos Santos - Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)

Gerson Antônio Sapper - Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (Soph)

Henrique Douglas Costa - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog)

Isabella Carvalho - Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)

Jociely Lima Real - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd)

Jonatan Galiotto - Polícia Militar do Estado de Rondônia (PM-RO)

Jorrey da Silva Costa - Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (Soph)

Kelly Cristina Pinheiro Barros - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd)

Leonardo Augusto de Brito Correia Ferro - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (Idaron)

Marcia Nunes Alves - Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (Seosp)

Mariana Ranair Aikanã - Superintendência Estadual do Indígena (SI)

Railane de Oliveira Marinho - Secretaria da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas)

Railton Esteveson Queiroz de Lima - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec)

Rodrigo Soares de Freitas - Superintendência Estadual do Indígena (SI)

Rosiane Maciel Batista Ximenes - Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa)

Tathiane Souza de Oliveira - Secretaria de Estado da Saúde (Sesau)

Veridiane Ferreira dos Santos - Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia (Sefin)

6

INTRODUÇÃO

7

APRESENTAÇÃO

8

JUSTIFICATIVA

9

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA

10

OBJETIVO GERAL

11

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

16

DIRETRIZES NORTEADORAS

17

GOVERNANÇA E ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

18

TEMPORALIDADE E REVISÃO DO PLANO

19

ESTRUTURA DO PLANO

20

PROCEDIMENTOS DE INSERÇÃO DE INSTRUMENTOS OPERACIONAIS



**MARCOS JOSÉ ROCHA
DOS SANTOS**
Governador do Estado de Rondônia

MENSAGEM

Olá, amigos de Rondônia!

Com grande responsabilidade e compromisso, apresentamos o Plano Estratégico de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da Mudança do Clima. Esse plano é resultado do trabalho conjunto de diversas Unidades do Executivo e tem como objetivo preparar nosso estado para os desafios climáticos do presente e do futuro.

Nos últimos anos, eventos extremos como ondas de calor, enchentes e incêndios têm se tornado mais frequentes, impactando diretamente a vida da população e o desenvolvimento sustentável de Rondônia. Diante dessa realidade, estamos implementando estratégias para fortalecer nossa resiliência hídrica, proteger populações vulneráveis e garantir um meio ambiente equilibrado para todos.

O Governo de Rondônia está comprometido com ações concretas e coordenadas para enfrentar essas mudanças. Com diretrizes claras e metas bem definidas, este plano representa um passo decisivo rumo a um futuro mais seguro e sustentável. Nosso compromisso é, e sempre será, com o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Juntos, podemos transformar desafios em oportunidades e garantir que Rondônia continue avançando de forma responsável e sustentável.

Muito obrigado!

6

INTRODUÇÃO

Este Plano de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos de Eventos Climáticos foi desenvolvido por meio de oficinas colaborativas, envolvendo técnicos estaduais de diferentes áreas, com o objetivo de promover a cooperação intersetorial e articular esforços em torno de soluções eficazes. Partindo do princípio de que a atuação integrada é fundamental para enfrentar os desafios climáticos, o plano busca garantir a resiliência hídrica, reduzir os impactos das ondas de calor extremo, mitigar os efeitos das enchentes em áreas vulneráveis e minimizar os danos causados pelos incêndios florestais.

A relevância deste documento se justifica no atual contexto de mudanças climáticas, que têm provocado eventos extremos com maior frequência e intensidade. Nesse cenário, a gestão dos recursos naturais, a prevenção de riscos e a resposta rápida a crises tornam-se ainda mais urgentes. Ao unir setores como Saúde, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Infraestrutura e Assistência Social, o plano estabelece diretrizes, ações e responsabilidades, possibilitando uma atuação coordenada e eficiente.

Rondônia, assim como outras regiões amazônicas, tem experimentado alterações significativas nos padrões climáticos, resultando em eventos extremos cada vez mais severos, como secas prolongadas, enchentes intensas, incêndios florestais e ondas de calor atípicas. Esses fenômenos afetam diretamente a qualidade de vida da população, prejudicam as atividades econômicas e exigem esforços adicionais do poder público para mitigação e adaptação.

Diante desse cenário, a construção deste plano foi concebida de forma participativa e intersetorial, com o entendimento de que nenhum setor, isoladamente, tem todas as respostas para enfrentar tamanha complexidade. O engajamento de múltiplos atores permitiu uma visão ampla sobre as necessidades e particularidades regionais, contribuindo para propostas mais realistas, efetivas e alinhadas com as demandas locais.

Além disso, o plano adota uma perspectiva estratégica e integradora, definindo objetivos claros e ações articuladas que orientarão a atuação das unidades estaduais. Ao delimitar as responsabilidades e atribuições de cada setor envolvido, cria-se uma base sólida para ações preventivas e adaptativas eficazes, ampliando a capacidade de resposta às adversidades climáticas.

Por fim, este documento representa um compromisso institucional do Estado de Rondônia em priorizar a sustentabilidade, a resiliência climática e a segurança da população, estruturando ações concretas que contribuirão para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável das gerações presentes e futuras.

7

APRESENTAÇÃO

O Estado de Rondônia, diante dos crescentes efeitos adversos das mudanças climáticas—como escassez hídrica, ondas de calor, enchentes e incêndios florestais—reconhece a urgência de adotar medidas estruturadas de prevenção e adaptação. Este plano tem caráter estratégico e busca orientar as unidades estaduais na formulação de programas e ações articuladas que promovam a resiliência climática, com especial atenção às populações e territórios mais vulneráveis.

A intensificação dos eventos climáticos extremos impõe desafios significativos à gestão pública estadual, exigindo respostas planejadas, coordenadas e de longo prazo. As consequências desses fenômenos já são perceptíveis em diversos setores: da escassez de água nas zonas urbanas e rurais ao aumento das doenças relacionadas ao calor, das perdas econômicas no setor agropecuário aos danos à infraestrutura urbana causados por enchentes. Esse cenário demanda um plano abrangente, capaz de articular ações transversais e intersetoriais em todas as esferas da administração pública.

Este documento estabelece diretrizes gerais que servirão como referência para a formulação de planos e programas setoriais específicos, que comporão os anexos operacionais do plano. Esses programas detalharão, por unidade responsável, as ações concretas de prevenção e adaptação, considerando as particularidades de cada território e setor. Dessa forma, busca-se garantir a efetividade das iniciativas propostas e a continuidade da gestão climática ao longo do tempo.

A abordagem adotada neste plano é fundamentada nos princípios da intersetorialidade, territorialidade, equidade e participação social. Reconhece-se que a complexidade da crise climática não pode ser enfrentada por um único setor ou órgão. Por isso, a articulação entre secretarias, autarquias, comitês e demais entidades estaduais é essencial para o sucesso das estratégias propostas. Esse trabalho conjunto será ainda fortalecido pelo envolvimento das comunidades locais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa.

Mais do que um documento técnico, este plano estratégico orienta políticas públicas estaduais e estabelece diretrizes para programas, alocação de recursos e monitoramento das ações climáticas. Assim, Rondônia adota uma postura proativa diante da crise climática, alinhando-se a diretrizes nacionais e internacionais. O plano reafirma o compromisso do Estado com a sustentabilidade, a segurança da população e a preservação ambiental, tornando-se um marco institucional para a resiliência e a justiça climática.

A mudança do clima é um fenômeno global com impactos diretos em escala local. Em Rondônia, os eventos extremos têm se intensificado, afetando áreas urbanas e rurais, comprometendo a segurança hídrica, a saúde pública, a economia e os ecossistemas. A ausência de um planejamento estratégico para enfrentar esses eventos aumenta os riscos sociais, ambientais e econômicos, exigindo uma resposta articulada, preventiva e adaptativa por parte do poder público.

A realidade climática atual exige a reformulação das estratégias de desenvolvimento, planejamento urbano, manejo de recursos naturais e proteção social. A crescente frequência de secas severas, enchentes intensas, ondas de calor e incêndios florestais evidencia um cenário de vulnerabilidade, especialmente para populações em situação de risco social e ambiental. Os impactos desses fenômenos sobre a infraestrutura, os serviços essenciais e os meios de subsistência tornam imprescindível a construção de políticas públicas integradas e baseadas em dados científicos.

Este plano é, portanto, uma iniciativa estratégica para coordenar esforços setoriais e estabelecer uma resposta sistêmica à crise climática. Ele propõe a criação de um arcabouço orientador para consolidar ações de curto, médio e longo prazo, considerando as particularidades de cada território e suas vulnerabilidades. Trata-se de um instrumento de governança climática, que insere o enfrentamento das mudanças climáticas no planejamento estruturante do Estado, em vez de tratá-lo como uma ação isolada.

O plano visa atender às seguintes necessidades:

- Integrar ações setoriais sob uma diretriz comum.
- Prevenir desastres naturais e tecnológicos.
- Proteger vidas, o patrimônio e o meio ambiente.
- Assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais.
- Resguardar a atividade econômica e a geração de renda.

Além disso, o plano busca promover uma transformação institucional e cultural dentro da administração pública estadual, fortalecendo a cultura de prevenção e a gestão de riscos. Com esse esforço, Rondônia dá um passo importante na construção de um futuro mais seguro, resiliente e sustentável. O plano reafirma o compromisso do Estado com a proteção da vida, do território e do bem-estar da população diante de um dos maiores desafios contemporâneos: a emergência climática.

9.1 Vinculação ao PDES-RO

Este plano estratégico integra-se diretamente aos principais marcos de planejamento e governança ambiental e climática do Estado de Rondônia, funcionando como instrumento de convergência entre diretrizes legais, estratégicas e operacionais.

Nesse sentido, o plano está alinhado à Diretriz I do PDES-RO, especialmente ao Programa 3 – Gestão Ambiental, que prioriza o fortalecimento institucional, o controle de impactos ambientais e o incentivo à educação ambiental como fundamentos do desenvolvimento sustentável. A estratégia aqui apresentada reforça essa diretriz ao promover ações integradas de proteção de ecossistemas, recuperação de áreas vulneráveis, formação de profissionais e mobilização da sociedade frente aos riscos climáticos.

Também se articula com a Diretriz II – Bem-Estar Social, ao reconhecer que os efeitos adversos das mudanças climáticas afetam diretamente direitos fundamentais como saúde, habitação, saneamento e segurança. O plano contribui com a redução dos riscos sociais e amplia a resiliência das comunidades, sobretudo das populações mais vulneráveis.

Ao integrar prevenção climática e proteção social, reforça-se a busca por um bem-estar sustentável e pela justiça climática em nível estadual.

9.2. Vinculação à Política Estadual de Governança Climática (Lei nº 4.437/2018)

O plano é também um instrumento de cumprimento direto do Artigo 59 da Lei nº 4.437/2018, que institui a Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais – PGSA. O referido artigo determina a elaboração, pelo Poder Executivo, de um plano estratégico voltado à prevenção e à adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima e aos eventos climáticos extremos, com especial atenção às áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental.

Estruturado para antecipar, responder e reduzir os riscos associados a eventos como ondas de calor, enchentes, secas prolongadas e queimadas, este plano promove ações coordenadas entre diferentes setores do Estado, em articulação com a Defesa Civil, cumprindo sua função legal como um desdobramento estratégico da PGSA. Ele também incorpora os princípios da prevenção, precaução, equidade e coordenação interinstitucional, conforme definidos nos Artigos 6º e 7º da mesma lei.

10

OBJETIVO GERAL



DESENVOLVER E COORDENAR ESTRATÉGIAS ESTADUAIS DE PREVENÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS EXTREMOS, FORTALECENDO A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DA POPULAÇÃO FRENTE AOS RISCOS EMERGENTES.

OBJETIVO ESPECÍFICOS

A estrutura operacional deste plano está organizada em quatro objetivos específicos, cada um voltado para o enfrentamento de um tipo de efeito adverso decorrente das mudanças climáticas. Esses objetivos representam os pilares estratégicos do plano, orientando a formulação de ações coerentes com os desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pelo Estado de Rondônia.

Para garantir maior clareza e efetividade na execução das medidas, cada objetivo se desdobra em dois eixos complementares:

- Eixo de Prevenção, voltado à redução dos riscos e da exposição aos impactos climáticos antes que ocorram;
- Eixo de Adaptação, focado em fortalecer a capacidade de resposta e recuperação da população, dos serviços e dos ecossistemas diante dos efeitos já em curso ou inevitáveis.

Essa organização facilita o planejamento das ações setoriais e territoriais, promovendo uma abordagem integrada, proativa e resiliente frente à crise climática.

Este objetivo visa assegurar à população rondoniense o fornecimento de água tratada mesmo em situações de escassez hídrica, provocadas por períodos de estiagem prolongada ou mudanças nos padrões de precipitação. Trata-se de garantir que a saúde, a economia e os serviços essenciais não sejam paralisados pela falta de água.

Garantir a resiliência hídrica das áreas urbanas e rurais, minimizando os impactos da escassez de água sobre a população, cadeia produtiva e serviços essenciais.

Eixo de Prevenção:

Busca evitar ou reduzir a indisponibilidade de água por meio de ações que preservam os recursos hídricos e minimizam os riscos de escassez. Entre as iniciativas previstas, destacam-se campanhas de conscientização para o uso responsável da água, fortalecimento dos sistemas de saneamento, monitoramento climático e hidrológico, vigilância da qualidade da água e adoção de infraestruturas verdes, como a proteção de nascentes e a restauração de matas ciliares.

Eixo de Adaptação:

Envolve estratégias para aumentar a resiliência hídrica das cidades e áreas rurais, garantindo o abastecimento em cenários de escassez. As principais ações incluem o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de irrigação eficiente, a ampliação de reservatórios e diversificação das fontes hídricas, o incentivo ao reúso de água e à captação de águas pluviais, além da criação de mecanismos de gestão integrada dos recursos hídricos para momentos críticos.



Com as temperaturas em elevação e a maior incidência de ondas de calor, este objetivo tem como foco a proteção dos grupos mais vulneráveis e a redução dos efeitos adversos na saúde pública, no meio ambiente e na economia.

Reduzir os impactos das ondas de calor extremo nas áreas urbanas, fortalecendo a resiliência climática e protegendo a população e o meio ambiente

Eixo de Prevenção:

Visa reduzir os riscos e minimizar a intensificação das ondas de calor extremo nas áreas urbanas por meio de soluções estruturais e planejamento urbano. Entre as principais ações estão a ampliação e preservação de áreas verdes, a implementação de telhados e fachadas verdes, o uso de materiais de construção que reduzem a absorção térmica, além do planejamento urbano voltado para a mitigação das ilhas de calor. Também são incentivadas soluções baseadas na natureza para o resfriamento urbano, promovendo ambientes mais frescos e resilientes ao aumento das temperaturas.

Eixo de Adaptação:

Foca na proteção da população e na manutenção dos serviços essenciais durante ondas de calor extremo. As ações incluem a criação de centros de resfriamento, sistemas de alerta precoce e programas de apoio a grupos vulneráveis, como idosos, crianças e trabalhadores expostos ao sol. Além disso, busca garantir o abastecimento de água e energia em períodos críticos e capacitar profissionais de saúde para lidar com emergências relacionadas ao calor.

Este objetivo busca diminuir os prejuízos causados pelas inundações, garantindo a segurança das comunidades mais expostas ao risco de alagamentos e doenças de veiculação hídrica.

Reduzir os impactos das enchentes em áreas vulneráveis por meio de ações de prevenção, adaptação e resposta rápida.

Eixo de Prevenção:

Busca reduzir a exposição e a vulnerabilidade às enchentes por meio de estratégias que minimizam os riscos antes da ocorrência dos eventos extremos. As ações incluem a proteção e recuperação de áreas de amortecimento de cheias, o reflorestamento das margens de rios, a criação de reservatórios e infraestrutura verde para controle de enchentes, além da adoção de práticas sustentáveis de drenagem, como pavimentos permeáveis. Também envolve o aprimoramento do planejamento urbano, com regras mais rígidas para ocupação segura do solo, evitando construções em áreas de risco.

Eixo de Adaptação:

Foca na resposta rápida e coordenada do poder público durante e após as enchentes, garantindo a proteção da vida, do patrimônio e a recuperação das áreas atingidas. As medidas incluem operações de resgate, abrigo emergencial, comunicação de risco e apoio imediato às populações afetadas. Também abrange a manutenção e operação eficiente dos sistemas de drenagem para escoamento das águas, o restabelecimento de serviços essenciais e o planejamento para a reconstrução resiliente das áreas impactadas, reduzindo riscos futuros.

Com a intensificação das secas e o uso inadequado do fogo, este objetivo busca prevenir incêndios, além de reduzir danos socioeconômicos, ambientais e à saúde.

Reduzir os impactos dos incêndios florestais por meio de ações preventivas e adaptativas, fortalecendo a resiliência local, protegendo a biodiversidade e minimizando os danos socioambientais e econômicos.

Eixo Prevenção:

Foca na redução dos riscos de incêndios florestais por meio de ações educativas, de monitoramento e de manejo da vegetação. As estratégias incluem campanhas de conscientização sobre os impactos e a prevenção do fogo, sistemas de alerta precoce, reforço na fiscalização contra queimadas ilegais e crimes ambientais. Também são incentivadas práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis que minimizam o uso do fogo, além da formação e capacitação de brigadas para atuar na prevenção e no combate inicial aos incêndios.

Eixo de Adaptação:

Visa reduzir os impactos dos incêndios e fortalecer a resiliência das áreas afetadas. As ações incluem a criação e manutenção de aceiros para conter a propagação do fogo, a ampliação das equipes de resposta rápida e o suporte às comunidades atingidas, garantindo abrigo, segurança alimentar e assistência emergencial. Além disso, prevê a recuperação de áreas degradadas, com reflorestamento e regeneração do solo, e o fortalecimento da infraestrutura local para combate ao fogo.

DIRETRIZES NORTEADORAS

**INTERSETORIALIDADE**

Atuação conjunta entre as secretarias, órgãos estaduais e municípios.

**TERRITORIALIDADE**

Respeito às especificidades regionais, socioculturais e ambientais.

**EQUIDADE**

Priorização de grupos vulneráveis: populações ribeirinhas, indígenas, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Envolvimento de comunidades, conselhos e organizações da sociedade civil.

**BASE CIENTÍFICA**

Adoção de estudos climáticos e dados técnicos como base das decisões.

GOVERNANÇA E ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

A governança deste plano será exercida por meio de uma estrutura composta por sete colegiados. O Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas será o órgão responsável pela coordenação geral do plano, incluindo a articulação intersetorial, o recebimento e a análise dos anexos operacionais enviados pelas unidades estaduais, a deliberação sobre alterações, revisões ou substituições do plano, bem como a supervisão de seu cumprimento.

As decisões do Comitê serão resultado da votação da maioria dos membros presentes nas reuniões, garantido ao coordenador o voto de desempate. Após decidido, as manifestações do colegiado terão caráter orientador para todos os órgãos envolvidos na execução das ações e projetos.

O Comitê contará com a atuação de cinco grupos de trabalho não remunerados, com funções específicas de assessoramento, produção técnica, coordenação e apoio à execução das ações planejadas. Cada grupo de trabalho será responsável por uma carteira de ações e projetos, os quais serão designados aos GTs por ato do Comitê, respeitando a pertinência temática de cada grupo.

Além disso, como parte da estrutura de governança e vinculado ao Comitê, haverá o Gabinete Interinstitucional, um colegiado formado por autoridades do Executivo e de outros Poderes e Órgãos do Estado. O gabinete será acionado sempre que for necessária a articulação de estratégias conjuntas envolvendo outras instâncias externas ao Executivo Estadual.



O Plano de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da Mudança do Clima e aos Eventos Climáticos Extremos do Estado de Rondônia possui natureza dinâmica e adaptativa, acompanhando as transformações no contexto climático, social e ambiental do estado. Embora tenha sido elaborado como um instrumento de orientação estratégica de médio e longo prazo, sua vigência está condicionada a avaliações periódicas que garantam sua relevância, atualidade e eficácia.

A revisão formal do plano será realizada anualmente, sob a coordenação do Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas, nos meses de dezembro e janeiro. Esse comitê será responsável por conduzir o processo de avaliação do conteúdo do plano, considerando os resultados alcançados, os indicadores de monitoramento, os avanços técnicos e científicos, além do surgimento de novas ameaças ou oportunidades.

Com base nessa avaliação, o Comitê poderá recomendar a manutenção do plano em sua forma original, promover alterações pontuais ou estruturais ou, se necessário, propor sua substituição.

Mesmo fora do ciclo anual de revisão, o plano poderá ser modificado a qualquer momento, desde que haja uma justificativa fundamentada. Mudanças emergenciais poderão ser realizadas em resposta a eventos críticos, descobertas técnicas ou demandas institucionais relevantes, desde que aprovadas pelas instâncias competentes. Essa flexibilidade visa garantir a efetividade contínua das ações e a capacidade de resposta do Estado diante de um cenário climático em constante transformação.

A previsão de atualizações periódicas e a possibilidade de revisões extraordinárias conferem ao plano um caráter responsivo, ampliando sua utilidade como instrumento de gestão pública. Ao permitir ajustes contínuos, o Estado de Rondônia assegura que suas estratégias climáticas permaneçam alinhadas às melhores práticas, ao conhecimento científico mais recente e às necessidades reais da população.

O Plano de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da Mudança do Clima e aos Eventos Climáticos Extremos do Estado de Rondônia é um plano de caráter estratégico que estabelece diretrizes e orientações para a atuação do Governo do Estado no enfrentamento dos riscos climáticos.

A articulação intersetorial é essencial para o alcance dos resultados esperados. As unidades responsáveis devem manter comunicação constante, compartilhando informações sobre o progresso das ações, trocando experiências bem-sucedidas e propondo ajustes sempre que necessário. Essa coordenação contínua entre diferentes órgãos e setores fortalece a sinergia na execução da estratégia, além de otimizar a alocação e o uso de recursos.

Por se tratar de um plano estratégico, sua implementação concreta será realizada por meio de instrumentos operacionais, na forma de planos ou programas elaborados pelas unidades gestoras do Estado, considerando as competências de cada unidade e a natureza das ações previstas. Esses instrumentos serão anexados a este plano e terão como função:

- Detalhar ações específicas, com prazos, metas e responsáveis;
- Estruturar planos de ação alinhados aos quatro objetivos estratégicos deste plano;
- Considerar as particularidades setoriais e territoriais de cada órgão;
- Viabilizar a execução financeira, técnica e administrativa das medidas propostas;
- Otimizar o uso dos recursos, evitando redundâncias e sobreposições.

PROCEDIMENTOS DE INSERÇÃO DE INSTRUMENTOS OPERACIONAIS

Os anexos operacionais correspondem aos planos e programas elaborados pelas unidades do Governo do Estado de Rondônia, os quais detalharão as ações e projetos a serem implementados para prevenção e adaptação às mudanças climáticas e eventos climáticos extremos. Esses documentos complementam o plano estratégico, constituindo sua parte executiva, e devem obedecer a critérios padronizados para garantir coesão, alinhamento estratégico e viabilidade de execução.

A vinculação de cada instrumento a pelo menos um objetivo específico é condição indispensável para sua inclusão como anexo oficial. Essa exigência visa assegurar que todas as iniciativas estejam diretamente conectadas à estratégia estadual de enfrentamento da crise climática, evitando ações isoladas, desconexas ou redundantes.

O procedimento de inserção dos anexos se inicia com o envio, por parte das unidades estaduais, de seus respectivos planos ou programas ao Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Cada instrumento deverá conter, obrigatoriamente:

- A identificação da unidade proponente;
- A descrição das ações propostas;
- Os objetivos e sua vinculação explícita com o objetivo geral e com pelo menos um dos objetivos específicos do plano;
- A estimativa de custos;
- As fontes de financiamento previstas;
- O cronograma de execução;
- Os indicadores de acompanhamento e avaliação.

Após o recebimento, o Comitê Gestor analisará a conformidade técnica, estratégica e orçamentária dos planos submetidos. Os que forem aprovados serão oficialmente anexados a este plano e passarão a compor sua estrutura operacional, sendo monitorados e avaliados a partir de então.

Esse procedimento permite ao plano manter uma base fixa de diretrizes e, ao mesmo tempo, um conjunto dinâmico de ações setoriais, adaptadas à realidade e ao contexto regional, promovendo coerência, eficiência e impacto nas ações de enfrentamento aos eventos adversos em Rondônia.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Palácio Rio Madeira

Plano de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da
Mudança do Clima e aos Eventos Climáticos Extremos.
Edição 1
2025